



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS
GABINETE

PORTARIA Nº 008 /2012-GAB/SRH.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no inciso I do Art. 26 da Constituição Federal, do Art. 43 do Decreto nº 24.643, de 10 de junho de 1.934, do item "6" alínea "m", inciso III Art. 4º do Cap. III da Lei Estadual nº 12.603, de 07 de abril de 1.995, do Cap. II, Art. 10, da Lei Estadual nº 13.123, de 16 de julho de 1.997 e do que consta o Processo nº 20653/2010 – 19.586 RESOLVE:

Art. 1º - Outorgar a **JALLES MACHADO S.A.**, inscrita no CNPJ nº 02.635.522/0001-95, por **12(doze) anos** o uso das águas do **Córrego Manoel Alves**, no ponto de coordenadas **15º11'46,84" S e 48º56'33,67" W**, no trecho localizado na **Fazenda Vera Cruz**, no município de **Barro Alto**, Estado de Goiás para uma **acumulação de água em uma barragem**.

Parágrafo Único – Todas as obras, projetos e estudos hidrológicos desta concessão deverão ser executados no prazo de **01(um) ano** para consolidação deste ato, sob pena de revogação, conforme previsto no Processo acima mencionado.

Art. 2º - Atingindo nos períodos de estiagem, vazão insuficiente para garantir o fluxo compatível com outros usos, fica o outorgado obrigado a reduzir a captação de forma a garantir uma vazão mínima, determinada pela **SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS / SEMARH**.

Art. 3º - A outorga prevista no caput do Art. 1º teve por estudo a Caracterização hidrica realizado pelo **ENGENHEIRO AGRÔNOMO MARCELO CHAVES DE BRITO, CREA-GO Nº8465/D** e o Levantamento Topográfico realizado pelo **ENGENHEIRO CIVIL DIOGO LACERDA MOTA, CREA-GO, Nº. 14634/D**, os quais tornam-se **Responsáveis Técnicos**, perante o Governo do Estado de Goiás, nos termos das Anotações de Responsabilidade Técnica.

Art. 4º - Para a proteção do manancial, fica o outorgado obrigado à:

- I. Utilizar técnicas adequadas no manejo e conservação dos solos;
- II. Manter a classe do manancial, conforme Resolução nº 357, de 17 de março de 2.005 do CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA;
- III. Recompôr e preservar as matas ciliares, conforme previsto em Lei nº 12.596, de 14 de março de 1.995, que institui a Política Florestal do Estado de Goiás e dá outras providências;
- IV. Verificar, junto aos órgãos competentes, a necessidade de requerer **Licenciamento Ambiental**;
- V. A barragem a ser construída possuirá um volume total acumulado de **616.226,10m³** (seiscentos e dezesseis mil duzentos e vinte e seis vírgula dez metros cúbicos) e terá por finalidade atender futuramente à demanda de captações para irrigação, além de manter a vazão à jusante do **Córrego Manoel Alves** através de elemento de descarga de fundo constituído por um tubo de aço carbono de 300 mm de diâmetro, conforme projeto previsto;
- V. **Não realizar qualquer captação na barragem sem a devida outorga de direito de uso.**

Art. 5º - O outorgado responderá criminalmente pelo não cumprimento das condições impostas nesta Portaria.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Art. 7º - Esta portaria de outorga, mantidas todas as condições expressas no respectivo ato, poderá ter sua renovação requerida com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de seu vencimento, sujeita a nova análise de viabilidade hídrica.



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS
GABINETE

CUMPRÁ-SE.

Goiânia, aos 06 dias do mês de Janeiro de 2012.


JACQUELINE VIEIRA DA SILVA
Secretária em exercício


AUGUSTO DE ARAUJO ALMEIDA NETTO
Superintendente de Recursos Hídricos